

GUSTAVO TEPEDINO
JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES

Coordenadores

AUTONOMIA PRIVADA,
LIBERDADE EXISTENCIAL
E DIREITOS FUNDAMENTAIS



Resumo de Autonomia Privada, Liberdade existencial e Direitos Fundamentais

SUMÁRIO APRESENTAÇÃO GUSTAVO TEPEDINO, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES	19
..... 19 DOCTRINA ESTRANGEIRA AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR. UM OLHAR LUSO-BRASILEIRO ANTÓNIO PINTO MONTEIRO.....	
.....	
.....	
23 1 Apresentação.....	23
..... 23 2 Exclusão e limitação convencional da responsabilidade: noção e delimitação.....	24
..... 24 3 Regime jurídico.....	27
..... 27 3.1 Coordenadas do problema.....	27
..... 27 3.2 Regime jurídico geral.....	30
..... 30 3.3 Regime jurídico especial.....	
.....	
.....	
30 4 Efeitos	32
..... 32 4.1 Em caso de validade	32
..... 32 4.2 Em caso de invalidade.....	
..... 32 5 Cláusulas penais: noção e funções.....	
..... 32 5.1 A pena como avaliação convencional do dano – a cláusula de fixação antecipada da indemnização.....	

..... 59 1 Un decenio de convención ONU en el ordenamiento jurídico español.....

59 2 Dos preceptos clave de la convención: sus arts. 12 y 19

64 3 Capacidad jurídica y sistema de apoyos: nuevas exigencias y nuevas respuestas..... 67 Referencias

73 INCIDENCIA DE LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DERECHO PRIVADO EN LA REGULACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE LAS PERSONAS – EL CASO DEL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA RICARDO LUIS LORENZETTI

77 Introducción.....

..... 77 La tutela de los vulnerables como pre-requisito para alcanzar la igualdad real

..... 78 I Autonomía privada ...
..... 80 Los sistemas de apoyo.....

..... 84 Rol del juez: trato personal y revisiones periódicas.....

85 II Libertad existencial

..... 85 III

Derechos fundamentales.....

..... 88 Conclusión.....

..... 90 DOCTRINA NACIONAL AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL DANILLO DONEDA, LAURA SCHERTEL MENDES, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA, NORBERTO NUNO GOMES DE ANDRADE.....

ESTATUTO JURÍDICO DO GÊNERO ANA CARLA HARMATIUK MATOS,
ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS
SANTOS.....

117 1 Introdução 117 2

Questionando o estatuto jurídico do gênero: a (in)existência da pessoa intersexual no Direito..... 120 3 A matriz heteronormativa perpassa o Direito: o jurídico como espaço de relações de dominação

125 4 Estratégias possíveis: o Direito em (trans)formação 128 5 Conclusão .

..... 133 Referências.....

..... 134 AUTONOMIA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, DIRETIVAS ANTECIPADAS PSIQUIÁTRICAS E CONTRATO DE ULISSES EDUARDO ROCHA DIAS, GERALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR

137 1 Introdução 137 2

Diretivas antecipadas em saúde mental e contrato de Ulisses

139 3 Compatibilidade entre as manifestações volitivas do paciente com transtorno mental e o Direito brasileiro

145 Conclusões..... 149 Referências

..... 150 PRIVACIDADE E OS DESAFIOS DE SUA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA: DO DIREITO DE SER DEIXADO EM PAZ AO DIREITO AO ESQUECIMENTO MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, BRUNO DE LIMA ACIOLI.....

151 Introdução 151 1 A

privacidade como valor moderno e sua evolução histórica.....	
152 2 As origens do direito à privacidade nos EUA e o direito de ser deixado em paz	
153 3 O direito à privacidade na Europa e no Brasil e a concepção contemporânea de privacidade.....	157
4 O direito ao esquecimento	
.....	160
.....	Considerações finais
S	
.....	163
.....	Referências.....
.....	
.....	
164 A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS EM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, RAFAELA JARDIM SOTO WALLAUER.....	167
Introdução	
.....	167
1 1 As técnicas de reprodução humana assistida	
.....	
169 2 Doação voluntária e doação compartilhada de oócitos: um ato de autonomia corporal.....	176
3 A natureza jurídica da doação de gametas femininos e sua gratuidade	180
Considerações finais	
.....	
185 Referências.....	
.....	186
.....	DESAFIOS PARA A TUTELA DO DIREITO DE NÃO SABER: CORPO, AUTONOMIA E PRIVACIDADE THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO.....
.....	
.....	191
191 Introdução	
.....	191
1 A função promocional da privacidade.....	
.....	

193	2	Expansão da tutela jurídica do corpo e da privacidade	
		196
	3	O direito de não saber.....	
		
	4	Razoabilidade e proporcionalidade: identidade funcional na experiência brasileira.....	
293	5	Os problemas do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional: o direito como criação permanente	
295	6	Conclusão	
		296
		DIREITO FUNDAMENTAL E EXPRESSÃO RELIGIOSA: ENTRE A LIBERDADE, O PRECONCEITO E A SANÇÃO LUIZ EDSON FACHIN.....	
		
		299
		INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: O DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO EM DIÁLOGO COM A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA.....	
		
		
309	1	Introdução	
		309
	2	O Direito hoje e as três vertentes dos Direito Civil Constitucional	
314	3	Pressupostos da Crítica Hermenêutica do Direito	
		319
	4	Conclusão ..	
		
		
326		Referências.....	
		326
		NOVAS TECNOLOGIAS PLATAFORMAS DIGITAIS, BIG DATA E RISCOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE ANA FRAZÃO.....	
		
		333
	I	Introdução	
		
		333
	II	As características e funções das plataformas digitais	
		
		
334	III	A relação simbiótica entre plataformas digitais, big data e big analytics.....	
		336
	IV	As	

plataformas digitais e os riscos para a privacidade e o controle sobre os dados pessoais

339 V As plataformas digitais e os riscos para a identidade e as opções de vida dos usuários: a caixa-preta dos algoritmos 341 VI As plataformas digitais e os riscos para a própria liberdade: o negócio de influenciar consciências

345 VII Considerações finais 347 Referências.....

..... 348 DA IMPREVISÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL ANDERSON SCHREIBER.....

..... 351 1 Théorie de l'imprévision: origem e expansão.....

... 351 2 A experiência brasileira.....

..... 353 3 A imprevisível imprevisão: a arbitrariedade das decisões judiciais.....

355 4 O necessário deslocamento do foco para o desequilíbrio contratual 361 5

Princípio do equilíbrio contratual: em busca da efetividade.....

..... 365 Referências.....

..... 365 DIREITOS DE AUTOR NA ERA DIGITAL: DESVENDANDO FRONTEIRAS ENTRE TECNOLOGIA E ARTE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO FERNANDA NUNES BARBOSA.....

369 1 O caso.....

..... 369 2 O enunciado normativo da Lei de Direitos Autorais: o art. 29 e a vedação à utilização de obra sem a autorização prévia e expressa do autor.....

370 3 A responsabilidade civil e o chamado lucro da intervenção

..... 375 4 Literatura e
música: possíveis pontos de contato para a solução do problema
concreto 377 5 Conclusão

.....
.....
378 Referências.....

..... 379 NOVAS
FAMÍLIAS CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL E PSÍQUICA ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA,
JOYCEANE BEZERRA DE
MENEZES 383 1 A
pessoa com deficiência com aptidão para o exercício de situações
jurídicas existenciais.....

383 2 Condições para o exercício do direito de casar.....

..... 388 3 Regime de
bens.....

..... 396 4 Tomada de decisão
apoiada e casamento.....

..... 398 Conclusão

..... 402 Referências.....

.....
403 O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE
EM PROCESSO DE HORMONIOTERAPIA EM FACE DA AUTORIDADE
PARENTAL ANA PAOLA DE CASTRO E LINS.....

.....
405 1 Introdução

..... 405 2

Autonomia existencial do adolescente: de objeto de proteção a sujeito de
direitos..... 407 3 Autonomia corporal
do adolescente.....

..... 408 4 O consentimento livre e esclarecido
do adolescente nos atos de disposição do próprio corpo: capacidade
versus discernimento

.....
409 5 A hormonioterapia como exercício da autonomia existencial do

adolescente	412	6	Terapia hormonal no tratamento de disforia de gênero em adolescente: a necessária mitigação da heteronomia estatal
.....			
.....			
413	7		Conclusão
.....		415	Referências.....
.....		417	DESFILIAÇÃO – A AUTONOMIA PRIVADA COMO FUNDAMENTO PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO PATERNO-FILIAL ANTÔNIO JORGE PEREIRA JUNIOR, ANA MÔNICA ANSELMO DE AMORIM.....
.....		423	Introdução
.....			
423	1		A filiação no Direito brasileiro: tempo de redefinição?
.....		424	2 O dever de cuidado nas relações paterno-filiais: socioafetividade e sociodesafetividade.....
.....		427	3 Desfiliação – A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial.....
.....			
428			Conclusão
.....		431	Referências.....
.....			
.....		432	AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS VITOR ALMEIDA.....
.....			
.....		435	Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões
.....			
435	1		A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações
436	2		Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos
.....			
.....		441	Considerações finais: o protagonismo de sua história.....
.....			

447 Referências.....	
.....	448
TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO UMA RELEITURA DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PREVISTO NO ART. 1.831 DO CÓDIGO CIVIL ANA LUIZA MAIA NEVARES	
.....	
.. 451 1 A família como fundamento da sucessão hereditária.....	
.....	
451 2 O direito real de habitação previsto no artigo 1.831 do Código Civil	452 3 A
função do direito real de habitação. Imperiosa necessidade de se analisar as condições pessoais de seu beneficiário.	
.....	
.....	454 4 Por que uns e não outros?
A escolha dos vínculos familiares a serem tutelados	458 5 Conclusão
.....	
.....	460 Referências.....
.....	
.....	461 AUTONOMIA PRIVADA E FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DANIELE CHAVES TEIXEIRA.....
.....	
.	
463 1 Notas introdutórias.....	
.....	463 2 O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea
contemporânea	464 3 Autonomia privada e sua funcionalização
.....	465 4 A flexibilização dos pactos sucessório
.....	
.....	
470 5 Considerações finais	
.....	477 Referências.....
as.....	
.....	477 CONEXÕES:

SUCCESSÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS EROULTHS CORTIANO JUNIOR.....

..... 481 1 Delineamentos e premissas: um conceito restrito de sucessão causa mortis..... 481 2 Propriedade, autonomia e solidariedade familiar na sucessão causa mortis.....

482 3 A sucessão como direito fundamental..... 484 4 Herança e propriedade.....

..... 485 5 Autonomia privada e sucessão.....

..... 485 6 Solidariedade familiar e sucessão.....

..... 486 7 Fecho

..... 488

Referências.....

488 OS HERDEIROS LEGITIMÁRIOS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO: AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE TESTAR E PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA.....

..... 491 1 Introdução

..... 491 2 As razões pelas quais a proteção da legítima foi criada se sustentam ainda hoje, de modo a justificar a permanência desse instituto no Direito Civil contemporâneo?

..... 492 3 Os princípios da solidariedade e da função social servem como motivos modernos para a permanência da proteção da legítima no sistema atual?

..... 496 3.1 Solidariedade e legítima.....

496 3.2 Função social e legítima

..... 497 Conclusã

SOUZA	525	1	1	1
news: identificação e riscos à liberdade de expressão.....				
.....	525	2	1	1
expressão e dever de veracidade				
.....				
533 3 Responsabilidade civil por publicação de conteúdos falsos.....				
536 Considerações finais				
.....				542
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO DOS DANOS MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO.....				
.....				
.....	545	1	1	1
.....				
545 2 A consagração da responsabilidade civil objetiva.....				
.....				
.....	546	3	1	1
da reparação integral do dano e sua mitigação.....				
.....				
.....	548	4	1	1
.....				
.....				
.....	556			
.....				
.....	556			
A APLICAÇÃO DO LUCRO DA INTERVENÇÃO (DISGORGEMENT OF PROFITS) NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UM NOVO DANO NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU UMA CATEGORIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA?				
MIGUEL KFOURI NETO, RAFAELLA NOGAROLI.....				
.....				559
.....				1
Panorama da atual repercussão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil na sociedade brasileira	559	2	1	1
recepção do disgorgement of profits nos sistemas jurídicos ao redor do mundo.....				
.....				
561 2.1 Os fundamentos teóricos na aplicação do disgorgement of profits.....				
.....	562	2.2		
Análise de decisões judiciais na common law que aplicaram o disgorgement of profits				
.....	564	2.3		
recepção do instituto do disgorgement of profits no sistema da civil				

law.....

566 3 A indenização pelos lucros do ofensor no Direito Civil brasileiro 567

3.1 O disgorgement e o instituto do enriquecimento sem causa

572 3.2 A delimitação do objeto da restituição.....

.....

577 3.3 A restituição pelos lucros do ofensor nos tribunais brasileiros.....

578 3.4 O caso Giovanna Antonelli

..... 580 4 Notas conclusivas.....

..... 583 Referências.....

.....

..... 585 A INOVAÇÃO BRASILEIRA DO “MÍNIMO REPARATÓRIO” PENAL E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO NELSON ROSENVALD.....

.....

.....

587 1 Introdução

..... 587 2 A inovação brasileira: “o mínimo indenizatório”.....

..... 588 2.1 O sentido da disposição legal.....

..... 588 2.2 Critérios para a fixação do mínimo reparatório

..... 592 3 A vítima como parte civil

.....

.....

596 4 O projeto do novo CPP.....

..... 600 5 A aplicação do “mínimo indenizatório” na Operação “Lava Jato”

..... 602 6 Conclusão

..... 607 Referências.....

.....

..... 608 RESPONSABILIDADE CIVIL POR RISCO DA ATIVIDADE: REFLEXÕES E PROPOSTAS A PARTIR DAS TRAGÉDIAS DE MARIANA E DA BOATE KISS ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS

611 Introdução
..... 611 1 Síntese evolutiva da teoria geral da responsabilidade civil ao longo da modernidade 611 1.1 A responsabilidade civil nas dobras da modernidade: da teoria da culpa à teoria do risco

612 1.2 Desdobramentos da teoria do risco: gerenciamento de riscos e socialização dos danos 613 1.3 Do individualismo moderno ao solidarismo contemporâneo: solidariedade social e igualdade frente aos encargos públicos.....
.....
.....

614 2 Novos tempos, novos danos: danos relacionados ao modo de vida na sociedade contemporânea..... 615 2.1 O incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, RS
..... 615 2.2 O derramamento de rejeitos de minérios nas barreiras da Samarco em Mariana/MG.....

616 2.3 Caracterização desses eventos
..... 617 3 Proposições para atualização do sistema de responsabilidade civil 618 3.1 Função preventiva e precautória da responsabilidade civil, além da função ressarcitória

618 3.2 Responsabilidade civil proporcional.....
..... 619 3.3 Afazeres do Estado.....

..... 620 Conclusões.....
.....
..... 621 Referências.....

.....
..... 622 PROTEÇÃO CONTRATUAL E
VULNERABILIDADE A OPERATIVIDADE DA CLÁUSULA RESOLUTIVA
EXPRESSA ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA
.....

625 1 Introdução
..... 625 2 Função
e estrutura da cláusula resolutiva expressa.....
..... 626 3 Direito potestativo
conferido ao credor diante da verificação do suporte fático da cláusula
resolutiva expressa

628 4 Resolução extrajudicial da relação obrigacional.....
..... 630 5 Efeitos da
resolução da relação obrigacional
..... 634 5.1 Efeito liberatório.....
.....
..... 635 5.2 Efeito restitutivo.....
.....
..... 638 5.3 Efeito ressarcitório.....
.....

641 6 Conclusão
.....

643 Referências.....
..... 645 A
FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO FUNDAMENTO DA
APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL:
QUANDO OCORRE E QUAIS AS REPERCUSSÕES PRÁTICAS BRUNO
TERRA DE MORAES.....

..... 647 1 Introdução
.....
.....

647 2 O adimplemento substancial associado à função social na
jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....
.....

..... 648 3 A teoria do adimplemento substancial .
.....

..... 650 4 O adimplemento substancial e a função social do contrato.....

655 5 Conclusão
..... 662 Referências.....

..... 664 PROPRIEDADE IMATERIAL, PESSOA E MERCADO VIVENDO NAS NUVENS: DADOS PESSOAIS SÃO OBJETO DE PROPRIEDADE? ROBERTA MAURO MEDINA MAIA.....

..... 669 1 Introdução

..... 669 2 Uma premissa importante

670 3 De direito absoluto a situação jurídica subjetiva: a propriedade hoje..... 676 4 A vida na lupa: propriedade e dados pessoais

..... 680 5 De onde viemos, onde estamos e para onde vamos: a tutela patrimonial dos dados pessoais.....

688 6 Conclusão
..... 694 Referências.....

..... 695 SUPERENDIVIDAMENTO: POR UM TRATAMENTO COLETIVO DE DÉBITOS DANIEL BUCAR.....

699 1 Introdução

..... 699 2 O Projeto de Lei para a solução do superendividamento

700 3 O problema da restrição objetiva dos débitos.....

..... 700 4 O problema da restrição subjetiva do devedor.....

..... 705 5 Conclusão

.....	710 Referências.....		
.....	711 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADVINDOS DO USO DE BITCOINS NO BRASIL LUCIANA XAVIER, MARÍLIA XAVIER.....		
.....			
713 1	Introdução	713	2
Aspectos fundamentais do Bitcoin			
.....	714 3 Inovação versus regulamentação: o papel do Direito.....		
.....	717 4 Considerações finais		
.....	721 Referências.....		
..	722 CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DOS NOVOS CONTORNOS DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO THIAGO VILLELA JUNQUEIRA		
.....			
725 1	Introdução	725	2
Exceção de contrato não cumprido: essenciais.....			
726 3	Requisitos e funções da exceção de contrato não cumprido.....		
731 4	Possíveis limites de oponibilidade.....		
.....			
738 5	Notas finais.....	743	Referências.....
.....			
.....	744 ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO PACTOS COMISSÓRIO E MARCIANO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM ESCOPO DE GARANTIA CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO		
.....			

749	1	Introdução	749	2
		Projeções do pacto comissório e do pacto marciano nos negócios jurídicos com escopo de garantia	751	
	 2.1 Na retrovenda		
	 2.2 No sale and leaseback		
			
754	2.3	Na procuração em causa própria.....	758	
	 2.4 Na trajetória trifásica da apreciação do pacto comissório nos Tribunais Superiores.....	761	
		2.4.1 Primeira fase: o posicionamento do STF no sentido de aplicar a regra proibitiva de pacto comissório aos negócios jurídicos com escopo de garantia.....		
			
		2.4.2 Segunda fase: o posicionamento do STF no sentido de restringir a aplicação da regra proibitiva de pacto comissório às garantias reais típicas.....		
	 2.4.3 Terceira fase: a retomada pelo STJ do primeiro posicionamento do STF no sentido de que os negócios jurídicos com escopo de garantia não podem constituir fraude à lei		
769	3	Negócios jurídicos com escopo de garantia, pacto comissório e pacto marciano: paradigmas de interpretação-aplicação.....		
	 771 Referências.....		
			774
		ADMISSIBILIDADE DO PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO PABLO WALDEMAR RENTERIA, DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRÉ		
777	1	Introdução	777	2
			
		Conceito de pacto marciano	780	
	 3 As razões da proibição do pacto comissório.....		

.....	782	4	Validade e legitimidade do pacto marciano.....
.....	791	5	Aspectos atinentes ao regime de execução do pacto marciano.....
793	5.1		Aquisição do bem condicionada ao inadimplemento
.....	793	5.2	Determinação do valor justo do bem
.....	794	5.3	Data-base de apuração do valor justo
.....	796	5.4	Cálculo do superfluum.....
.....		
797	6		Conclusão
.....	797		Referências.....
.....	799		SOBRE OS AUTORES....
.....	803	

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)